

A PRAGMÁTICA E A ANÁLISE DE TEXTOS

Maria da Penha Pereira Lins

RESUMO

Este artigo diz respeito a aplicabilidade das noções básicas da Pragmática em análise de diferentes gêneros textuais. Uma breve apresentação das principais teorias que formam o conjunto de princípios que regem a Pragmática é mostrada e, a seguir, são sugeridas possibilidades de análises, a partir de diferentes projetos de pesquisa. Assim, observa-se que índices lingüísticos e não lingüísticos presentes em diferentes discursos podem ser vistos em diferentes abordagens, seja centrando-se na relevância da comunicação, seja em referência à violação ou respeito às máximas, seja pela observação do uso de diferentes atos de fala, seja, ainda, pela indiretividade na fala.

Palavras-chave: Pragmática; Contexto; Comunicação; Análise de textos

ABSTRACT

This paper discusses the applicability of the principles of Pragmatics in the analysis of particular genres. It offers a brief presentation of the main theories on which Pragmatics is grounded and, then, proposes possible analysis strategies by drawing on a number of research projects. The study argues that linguistic and paralinguistic features of an array of discourses can be approached in various ways, be it by focusing on the relevance of communication, on whether conversation maxims are respected or violated, on the observation of different speech acts, or by analyzing indirectness in speech.

Key-words: Pragmatics; Context; Communication; Text Analysis

I – PRAGMÁTICA

A definição de Pragmática restringe-se; neste artigo, ao sentido que é dado ao termo no âmbito da filosofia e da lingüística anglo-americanas. De modo geral, pode-se afirmar que a Pragmática é, em suma, o estudo do uso lingüístico. Neste sentido, é interessante citar Levinson (2007: 7)⁷³, que lança mão da afirmação de Searle, Kiefer e Bierwisch (1980) para explicar que “*pragmática é uma daquelas palavras que dão a impressão de que se está falando de algo inteiramente específico e técnico, quando, na verdade, muitas vezes, ela não tem nenhum significado claro*”; Assim, ao tentar elaborar essa definição, faz-se necessário passear por um conjunto de definições já emitidas por diferentes estudiosos.

Fazendo reflexões sobre modos de definir Pragmática, Levinson (2007) faz várias considerações; entre elas, a de que seria o estudo da linguagem a partir de uma perspectiva funcional, isto é, que tenta explicar as facetas da estrutura lingüística por referência a pressões de causa não-lingüísticas. No entanto, explica o autor, essa definição deixaria de distinguir a pragmática lingüística de outras disciplinas interessadas em abordagens funcionais da linguagem, como, por exemplo, a sociolingüística e a psicolingüística. Ainda, para refletir sobre a posição de que a pragmática deve preocupar-se unicamente com os princípios do uso da linguagem, e não com descrição de estrutura lingüística, o autor remete-se a Katz e Fodor (1963), os quais consideram a pragmática uma teoria de seleção de contextos, para fazer um paralelo entre gramática e pragmática: a gramática, em sentido amplo, se ocuparia da atribuição de significado às formas lingüísticas independentemente do contexto, ao passo que a pragmática se ocuparia da interpretação dessas formas, levando em conta o que é acrescentado pelo contexto. Essa comparação, entretanto, pode ser problemática, na medida em que os aspectos da estrutura lingüística, às vezes, incluem características do contexto.

⁷³ A obra Pragmática, de Stephen Levinson, 2007, é uma tradução publicada no Brasil. Originalmente o texto do autor foi publicado em 1983, pela Universidade de Cambridge.

Desse modo, explicita Levinson, o termo pragmática abrange tanto aspectos da estrutura lingüística dependentes do contexto como princípios do uso e da compreensão lingüística que não têm nenhuma ou muito pouca relação com a estrutura lingüística.

Partindo desse raciocínio, Levinson faz tentativas de definições, mostrando as implicações que essas tentativas podem ter em relação a outros estudos sobre a linguagem. Entre essas definições, é bom citar:

"Pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que são gramaticalizadas ou codificadas na estrutura de uma língua" (Levinson, 2007: 11)

"Pragmática é o estudo de todos os aspectos do significado não capturados em uma teoria semântica" (id,ib: 14)

"A pragmática é o estudo das relações entre a língua e o contexto que são básicas para uma descrição da compreensão da linguagem." (id, ib.:25)

"Pragmática é o estudo da capacidade dos usuários da língua de emparelha sentenças com os contextos em que elas seriam adequadas" (id, ib. :29)

"A pragmática é o estudo da dêixis (pelo menos em parte), da implicatura, da pressuposição, dos atos de fala e dos aspectos da estrutura discursiva" (id, ib.: 32).

Esse conjunto de definições mostra que umas se completam com outras e que oferecem indicação de quais tópicos são centrais nos estudos da pragmática. Mas Levinson aconselha a se tentar delimitar o escopo da disciplina, aceitando que o limite superior da pragmática é fornecido pelas fronteiras da semântica, e o limite inferior pela sociolingüística e, também, pela psicolingüística.

Yule (1996) define Pragmática como "o estudo do significado do falante". Isso quer dizer que essa disciplina tem como objetivo principal a preocupação com o estudo do significado que o usuário da língua quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem.

Nesses termos, depreende-se que a Pragmática tem a ver mais com a análise daquilo que as pessoas querem significar ao produzir enunciados do que com que as palavras e as frases dos enunciados podem significar por si próprios. Assim, esse estudo envolve a interpretação do que as pessoas querem dizer, quando inseridas em contextos particulares, e como esses contextos podem influenciar aquilo que é dito; ou seja, a Pragmática leva em consideração como os falantes organizam o que querem dizer, de acordo com a pessoa com quem vão interagir, o lugar onde vão estar, o momento histórico que estão vivendo e sob que circunstâncias estão atuando. São consideradas, também, as inferências que os ouvintes fazem sobre o que é dito, com vistas a captarem as intenções do falante. Isso envolve, ainda, a análise do não-dito como parte daquilo que é comunicado, ou seja, é levada em consideração, também, a investigação do "significado invisível".

Ao estudar a questão do dito e não-dito, a pragmática leva em conta as noções de proximidade e de distância, porque entende que é a proximidade e a distância em relação ao ouvinte que vai determinar quanto o falante necessita comunicar.

Yule (1996) explicita a diferença entre pragmática, sintaxe e semântica, para argumentar que somente a pragmática leva em consideração os seres humanos e suas análises sobre o mundo. Dentro desse princípio, estuda as relações entre as formas lingüísticas e os usuários dessas formas. Para o autor, esse viés de estudo traz vantagens e desvantagens: a vantagem do estudo da língua a partir de noções da pragmática é que nele se pode tratar das intenções dos indivíduos, suas suposições, seus propósitos ou objetivos, e, ainda, dos tipos de ações que praticam quando falam; a desvantagem é que todos os conceitos humanos são extremamente difíceis de serem analisados de modo objetivo.

Para o autor, em suma, a pragmática se propõe a dar conta das pessoas e do que elas têm em mente. Em vista disso, observa as regularidades no uso da língua feito pelos indivíduos, regularidades essas que são conseqüência de os indivíduos serem membros de grupos sociais e, por isso, seguirem padrões de comportamento já esperados dentro dos grupos. Sabe-se que dentro de um grupo social familiar é mais

fácil para os membros serem polidos e dizerem as palavras apropriadas; já num grupo social não-familiar, os indivíduos sentem-se sempre inseguros sobre o que falar e preocupados em não dizerem as palavras erradas. Isso acontece porque pessoas pertencentes a uma mesma comunidade lingüística têm as experiências de mundo mais básicas bem semelhantes e têm conhecimentos lingüísticos partilhados.

Yule informa, ainda, que por um longo período, o estudo da língua ficou centrado em sistemas formais de análise, geralmente originados na matemática e na lógica; a ênfase era dada à descoberta de princípios abstratos que subjazem à organização da língua, ou seja, aos traços potencialmente universais da língua. Estudos sobre o uso da língua no dia-a-dia eram postos de lado e, posteriormente, jogados na cesta de lixo. Muito do que foi parar na cesta de lixo é que é discutido hoje pela pragmática.

Para Green (1996), falar e escrever são atos de fé, e a pragmática é o estudo dos mecanismos que dão suporte a essa fé. Dessa forma, a lingüística pragmática deve atuar em interação com outros campos da ciência, não só a lingüística, a psicologia cognitiva, antropologia cultural e a filosofia, mas, também, a sociologia e a retórica podem contribuir para esse domínio de conhecimento. Assim, dentro da pragmática, devem constar estudos sobre fundamentos de análise da língua em uso, interpretação de expressões indexicais, cujas referências não podem ser determinadas sem se levar em consideração o contexto do enunciado da expressão lingüística, o que não pode deixar e fora a interpretação de expressões indexicais que se referem a tempo, lugar, falante e tópico do enunciado.

Além disso, também, torna-se importante para esse estudo a análise das expressões anafóricas, dos atos de fala, das pressuposições, das relações lógicas na organização dos conteúdos da fala, das atitudes e dos objetivos do falante e dos mecanismos de controle que os falantes usam para manipular e manter as relações sociais, o que inclui as estratégias de polidez e o uso de perguntas, entre outras formas lingüísticas que podem afetar o curso de uma interação.

"*Pramática eres tu*", assim Reyes (1998) inicia a tentativa de definir o que é pragmática. A autora explica que

as palavras significam por si mesmas e, sem dúvida, a comunicação exige muito mais que intercambiar significados pré-estabelecidos. Ela leva o leitor a refletir sobre a diferença que há entre perguntar: “- *O que quer dizer essa palavra?*” e “- *O que você quer dizer com essa palavra?*”. No primeiro caso estamos pedindo uma informação sobre a língua, que se pode encontrar, por exemplo, no dicionário. No segundo caso, estamos colocando um problema de interpretação que tem a ver com a intenção do falante ao usar a palavra: estamos perguntando pelo significado que devemos interpretar nesse contexto particular. Assim, Reyes ensina que a pragmática lingüística estuda essa segunda dimensão do significado, analisando a língua em uso ou, mais especificamente, os processos por meio dos quais os seres humanos produzem e interpretam significados quando usam a língua.

Esse estudo da língua em uso, explica Reyes, é um estudo do significado das palavras em sua relação com falantes e contextos, que trata de explicitar, entre outras coisas, em que consiste a interpretação de um enunciado, qual a função do contexto, que relação há entre significado literal e significado comunicado, por que falamos por figuras, como a função comunicativa afeta a gramática das línguas. Para estudar esses fenômenos é preciso centrar no usuário e observar sistematicamente o que o usuário faz ao usar a linguagem. Como somos nós mesmos que nos comunicamos, e não nossas mensagens, por isso, pode-se dizer, afirma Reyes, que a pragmática trata de nós, os falantes.

Para precisar o objeto de estudo da pragmática, a autora afirma que a pragmática se ocupa de estudar o significado lingüístico, mas não o significado das palavras ilhadas do contexto, nem das orações ilhadas do contexto, mas o significado das palavras (ou orações, ou fragmentos de orações) usadas em atos de comunicação. O significado da língua em uso pode ser chamado de “significado do falante”, e se caracteriza por ser intencional e depender das circunstâncias em que se produz o ato de fala. Além disso, ensina a autora, as palavras que usamos quase sempre constituem um esboço, um rascunho aproximado, um guia impreciso e mutante segundo a ocasião, guia que tem a virtude, sem dúvida, de suscitar certas imagens mentais em nossos interlocutores. Se essas imagens coincidem com

aquelas que queríamos provocar, consideramos que a comunicação se processou. Assim, ao estudar os princípios regulares que regem os processos de interpretação lingüística, a pragmática estuda, também, a natureza da língua como instrumento de comunicação. Isso significa considerar que a pragmática estuda aqueles significados que extrapolam o valor de verdade das orações, aqueles significados residuais, não-pré-estabelecidos.

II – A NOÇÃO DE INTENÇÃO E ATO RACIONAL

Tomando de um ponto de vista ampliado, a pragmática pode ser vista como o estudo das ações humanas realizadas intencionalmente. Isso envolve a interpretação de atos realizados com a intenção de alcançar algum propósito. Por isso, os princípios centrais da pragmática devem incluir as noções de crença, intenção e ato.

Pelo fato de a necessidade de construir significados e alcançar objetivos envolver comunicação, a pragmática também contempla o estudo de todos os tipos de comunicação, inclusive o não-convencional, o não-verbal e o não-simbólico. Essa reflexão é exemplificada por Green (1996) do seguinte modo:

Quando um salva-vidas atira uma bola de vôlei na direção de um nadador que está prestes a se afogar no oceano, ele acredita que o nadador quer socorro, e que compreenderá que o ato de atirar a bola na direção dele (nadador) deve ser entendido como um socorro e que ele deverá saber tirar vantagem, usando a bola para flutuar sobre a água.

O exemplo citado pressupõe pelo menos três crenças e uma intenção da parte do salva-vidas, incluindo duas crenças sobre as crenças do nadador e uma sobre os desejos do mesmo nadador. As crenças e intenções mútuas de falante e ouvinte são típicas das conversas espontâneas, dos usos comuns da língua, e esses usos não podem ser entendidos a não ser em referência a essas crenças e intenções. É a crença que faz toda a diferença entre a verdade e a mentira: quando alguém faz uma afirmação falsa e os outros acreditam ser

falsa, esse alguém está mentindo; mas se diz alguma coisa falsa e acreditam ser verdadeiro, está simplesmente cometendo um engano. Também é a crença que delimita a diferença entre informar e lembrar: se um falante diz para o ouvinte: "Os coreanos têm um feriado em que comemoram a invenção do alfabeto deles" e acredita que o ouvinte não tem essa informação, ele tem a intenção de informar; mas se o falante acredita que o ouvinte já é sabedor desse fato, o falante tem a intenção de apenas lembrar.

Em relação a isso, os falantes às vezes, se satisfazem sendo vagos sobre essa crença, deixando que a observação seja tomada pelo ouvinte como uma informação se lê ainda não tem conhecimento do fato, ou como uma lembrança, se lê já é sabedor do acontecimento. Outras vezes, o falante pode explicitar suas posições, com o objetivo, por exemplo, de evitar insultar o ouvinte por ele não saber algo que é de conhecimento público. Nesse caso, o falante opta por usar expressões tais quais: "Você se lembra de que...", ou "Como você já sabe...", as quais indicam que o falante acredita que o ouvinte já é conhecedor do fato.

Green (1996) observa que, no inglês, quando os falantes introduzem o enunciado com expressões como "As you know (Como você já sabe),"I remind you" (Você se lembra), "Of course" (É claro), eles acreditam estar dando uma informação que o ouvinte sabe ser verdadeira; quando iniciam o enunciado com "Actually" (Realmente) ou "In fact" (De fato), os falantes acreditam estarem dando uma informação nova ao ouvinte.

Do mesmo modo, as intenções marcam a diferença entre uma mentira e uma piada ou uma figura de linguagem, entre uma promessa e uma previsão. Se, por exemplo, alguém diz: "João chegará na hora, amanhã", pode significar uma promessa, se o falante tem a intenção de mostrar alguma garantia de que está sendo verdadeiro, mas pode ser uma previsão, se for considerado como uma crença usual.

As crenças e intenções não funcionam sozinhas na comunicação. Um falante com determinada intenção e com um conjunto de crenças tem que agir racionalmente sobre essa intenção, organizando um plano que seja consistente com suas crenças. Esses planos são tipicamente hierárquicos e envolvem outros objetivos e intenções. Isso é explicitado por Green da

seguinte maneira: se um indivíduo tem o objetivo principal de levar alguém a ter uma opinião negativa sobre um amigo comum, deve construir um plano que o leve a comungar com a mesma opinião, e acreditando, com isso, estar sendo racional, no sentido de que um acredita que o outro também acredita na mesma coisa. A seleção de frases a serem ditas nos enunciados são feitas rapidamente e abaixo do nível de consciência, ou do fluxo do discurso.

A tarefa do ouvinte consiste em: 1) entender o que o falante disse, isto é, construir um modelo mental da situação cuja existência é indicada pelo falante; 2) avaliar o modelo e usá-lo na construção de seu próprio modelo de mundo. A primeira tarefa pode ser exemplificada pela interpretação dos atos executados pelo falante, uma afirmação, uma ordem, uma pergunta, um desejo, etc. A segunda tarefa envolve a elaboração de conclusões que vão acrescentar significação ao conhecimento de mundo e ao modelo do falante, como, por exemplo, inferências sobre o que o falante sabe, em que o falante acredita, o que o falante acredita sobre o que o ouvinte sabe, o que o falante acredita sobre o que o ouvinte considera falso, como o falante se sente em relação aos outros, às situações, aos eventos referidos no decorrer da conversação.

Vendo por esse prisma, pragmática pode ser considerada *o estudo da ação deliberada com a intenção de levar o interlocutor a reaccessar o modelo de como as coisas são, incluindo o sistema de valores e o modelo das crenças, atitudes e intenções do falante*. Se se delimitar o estudo ao campo da lingüística pragmática, ou à pragmática do uso da língua, só é necessário estipular que os princípios da pragmática devem levar em conta, sistematicamente, os atos que envolvem expressões lingüísticas.

III – OS ATOS DE FALA

No ato de comunicar umas com as outras, as pessoas não produzem enunciados que contêm apenas palavras e estruturas gramaticais; elas praticam ações através dos enunciados produzidos. Ou seja, dizer é fazer, é agir.

As ações praticadas via enunciados são de modo geral chamadas de atos de fala, e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, resposta, convite, promessa, e outros.

Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz seu enunciado. O falante normalmente espera que sua intenção comunicativa seja reconhecida por seu ouvinte. Nesse processo, ambos, falante e ouvinte, são auxiliados pelas circunstâncias que circundam o ato comunicativo. Isso é o que é chamado de evento de fala por alguns especialistas da linguagem. É a natureza do evento de fala que vai determinar a interpretação dos enunciados proferidos em determinado ato de fala. Essa explicitação acima é exemplificada por Yule (1996) do seguinte modo:

Se, num dia de inverno, um falante pede uma xícara de chá, acreditando que o chá esteja quente, dá um gole, e diz: Este chá está realmente frio, ele está fazendo uma reclamação. Mas, se, por outro lado, mudarem as circunstâncias, e, num dia de verão, o falante recebe do ouvinte um copo de chá gelado, dá um gole e repete o mesmo enunciado, ele está fazendo um elogio. Se para um mesmo enunciado duas interpretações foram possíveis, isso quer dizer que não se pode fazer a correspondência direta entre uma ação e um ato de fala. Isso significa que há muito mais a se interpretar num ato de fala do que aquilo que está presente no enunciado.

Em qualquer ocasião, a ação praticada em consequência da produção de um determinado enunciado, na verdade, consiste em três atos: O primeiro é o ato fonético, o ato de produzir os sons da fala; ou, expressões lingüísticas, com o objetivo de produzir sons acústicos que o destinatário reconheça como sons da fala, e não outras vocalizações, como arrotos ou espirros. O segundo ato, simultaneamente produzido, é o de produzir um enunciado lingüístico com léxico e gramática de determinada língua e com certa entonação, com o objetivo de que seja reconhecido como pertencente àquela determinada língua. O terceiro ato é feito com vistas a que o enunciado seja reconhecido como um discurso ligado a alguma proposição, ou seja, referindo-se a pessoas, ações, fatos, e de acordo com convenções da língua e da cultura da comunidade que o falante partilha com o ouvinte.

Austin (1962) chamou a esses três atos respectivamente de 1) ato locutório ou ato fonético, ou ato de dizer alguma coisa; 2) ato ilocucionário ou ato fático, ou ato de

significar algo a partir do ato locucionário (afirmar, perguntar, exclamar, etc) e 3) ato perlocucionário ou ato rético, que representa o efeito do ato ilocucionário.

Green (1996) afirma que a execução da atos de fala é feita intencionalmente e com objetivo direcionado, embora a execução de vários atos esteja, sem dúvida, fora do controle da consciência do falante. Para exemplificar, a autora transcreve um pequeno trecho de conversa, que em Português se aproxima do seguinte:

“Nós fomos adotados?” – perguntou James.

“Foi o que eu disse.” – disse Gram.

“Não foi não”, ele retorquiu.

“Bem, foi o que eu quis dizer, e desde que você entendeu, foi o que eu disse”.

(Cyntia Voigt, Dicey’s Song. P. 150, apud Green, 1996)

Quando James diz, “Nós fomos adotados”, ele pratica, simultaneamente, uma quantidade de diferentes atos de fala, todos intencionais e com objetivos definidos. Num nível mais concreto, ele executou um ato fonético, isto é, um ato locucionário, ao articular sons acústicos, esperando que Gram os reconhecesse como sons da fala. Simultaneamente ao ato fonético, James praticou o ato de produzir enunciados lingüísticos através de formas reconhecidamente da língua inglesa e com uma certa entonação, com a intenção de que fossem reconhecidos como tal. Ao mesmo tempo, com o objetivo de ter seus enunciados relacionados a uma proposição, James praticou o ato de referir (ao usar o pronome nós) e o de predicar (ao dizer fomos adotados), entendendo que as formas que usou referiram-se a pessoas, eventos, ações, referentes à língua e à cultura da comunidade que ele partilha com Gram. Finalmente, James, ao praticar esse ato, teve alguma razão e desejou que sua razão fosse reconhecida. Para isso, ele pratica o ato de implicar, quando, ao perguntar a Gram se foram adotados, quer deixar entender que ela está falando obscuramente e que não há nenhuma razão particular para que ela faça isso.

Dessas três dimensões através das quais se pode entender um ato de fala, um dado relevante é a força ilocucionária. Normalmente o ato de fala é limitadamente

interpretado como a força ilocucionária de um enunciado. No entanto, um mesmo ato locucionário pode significar predição, promessa ou advertência, conforme se pode comprovar no exemplo mostrado por Yule (1996):

- a) Vejo você mais tarde (=A)
- b) [Eu afirmo isso] A
- c) [Eu prometo isso] A
- d) [Eu lhe advirto disso] A

em que um mesmo enunciado pode potencialmente ter várias e diferentes forças ilocucionárias (por exemplo, promessa vs advertência). Como o ouvinte vai reconhecer a força ilocucionária pretendida é uma questão que implica expedientes circunstanciais de condições de felicidade, que dizem respeito à qualidade da altura da voz usada para fazer a diferença entre uma advertência ou uma brincadeira, por exemplo, e às condições convencionais sob as quais subjaz a força ilocucionária.

IV – O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

A conversação entre interlocutores representa esforços no sentido de que as intenções do falante sejam comunicadas. Argumentando sobre esse fato, Grice (1989) afirma que é desnecessário considerar as diferenças de significados observadas pelos estudiosos de lógica entre os operadores lógicos e a reprodução da língua natural. Para esse filósofo, as diferenças são simplesmente diferenças de uso, que surgem do fato de que os tipos de discursos correntes (como a conversação cotidiana), nos quais as expressões de língua natural são usadas, são governados por irrelevantes princípios que correspondem aos operadores na lógica formal.

Grice afirma que muito mais do que é dito pode ser veiculado, se os indivíduos assumem que, na conversação, seguem uma norma comportamental chamada de Princípio da Cooperação, elaborado nos seguintes termos:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

Isso significa que, considerando o significado convencional das palavras – o que se diz – e as implicaturas – o que se quer dizer – ao contrário do que possa parecer, nossos diálogos são esforços reconhecidos; ou seja, cada participante da interação reconhece nos diálogos um propósito comum ou um conjunto de propósitos que orienta na direção da conversa. Esse propósito pode ser fixado no início (uma questão a ser discutida, por exemplo) ou durante o diálogo. Isso implica que falante e ouvinte estão constantemente envolvidos na interpretação do objetivo de um e de outro quando dizem o que dizem do modo como dizem. Quer dizer que os indivíduos agem de acordo com seus propósitos.

Para esse princípio geral, Grice estabeleceu quatro categorias, quatro máximas que representam as regras da conversação:

1. Máxima da Quantidade

- a) Faça sua contribuição tão informativa quanto for requerido para o propósito corrente da conversação.
- b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido

2. Máxima da Qualidade

- a) Não diga o que você acredita ser falso
- b) Não diga senão aquilo para o que você possa fornecer evidência

3. Máxima da Relação

- a) Seja relevante

4. Máxima do Modo

- a) Evite obscuridade de expressão
- b) Evite ambigüidade
- c) Seja breve
- d) Seja ordenado

O filósofo observa, ainda, que a violação deliberada de qualquer uma das máximas é um recurso de que o falante dispõe para transmitir informações que estão além do sentido literal das sentenças. Esta situação gera uma implicatura conversacional. No entanto, quando uma implicatura conversacional é gerada, o Princípio da Cooperação não está

sendo contrariado, pois a máxima pode ser ignorada, ou brevemente violada, no caso em que os ouvintes estão sendo enganados. É o caso da mentira, por exemplo, que representa uma clara violação da máxima da qualidade.

Nos casos em que o falante não pode garantir uma máxima sem ignorar outra, o falante, para não deixar o ouvinte confuso, deve explicitar ou implicitar que não está agindo em conformidade com a máxima. É o caso dos exemplos a seguir:

Explicitamente:

1. Eu não estou autorizado a dizer mais... (quantidade)
2. Provavelmente não preciso dizer mais nada... (quantidade)
3. Não tenho certeza se isso é verdade, mas ... (qualidade)
4. Não tenho nenhuma evidência disso, mas ... (qualidade)
5. Eu sei que isso é irrelevante, mas ... (relação)

Implicitamente:

1. Como você já sabe... (quantidade)
2. Isto pode ser apenas uma fofoca, mas... (qualidade)
3. Por falar nisso, ... (relação)

A consequência de assumir um comportamento de acordo com o Princípio da Cooperação é que mesmo quando o comportamento lingüístico se mostra em desacordo com as máximas, os ouvintes preferem assumir que o falante está obedecendo ao princípio ao assumirem que ele é tão irracional e imprevisível, ao ponto de não poder participar de uma conversa racional. Assumindo que o falante está agindo racionalmente, e esperando ser entendido desse modo, o ouvinte adota a estratégia de assumir que o comportamento do falante está de acordo com as máximas e de considerar que as proposições devem ser aceitas no sentido de justificar um comportamento em conformidade com o Princípio da Cooperação.

Como falante/ouvinte de uma língua nativa numa sociedade, o falante espera que o ouvinte adote a estratégia de interpretar o comportamento lingüístico. Desse modo, os falantes se consideram livres para explorar isso, e falam achando que seu comportamento está sendo entendido. Eles, os falantes, sabem que suas observações parecem

irrelevantes, os ouvintes vão procurar construir uma seqüência de inferências que as tornam relevantes para o propósito assumido. Esta exploração das máximas é o mecanismo básico através do qual um enunciado é utilizado para veicular mais do que é entendido quando uma máxima parece ser violada.

V – A POLIDEZ

No sentido de atender aos requisitos do Princípio da Cooperação, mais precisamente a máxima do modo, os interlocutores procuram atuar lingüisticamente a partir de um comportamento polido.

Lakoff (1973) explica que a diferença entre um comportamento polido e um rude é que o comportamento polido traz sensação confortável de harmonia à conversação. Vendo por esse prisma, a polidez deve ser prioridade principal de qualquer comportamento interpessoal, inclusive dos atos não-lingüísticos e, também, atos de consideração que complementam significados lingüísticos, além dos atos lingüísticos em enunciados específicos de polidez. Lakoff estabelece três regras formais de polidez, às quais os falantes devem seguir quando desejam ser polidos:

Regra 1: Não imponha

Em determinadas situações há uma diferença reconhecida de poder entre os participantes, nesses casos essa regra deve ser levada em conta. Impor sobre alguém significa impedir a pessoa de agir como quer. Um falante polido prefere mitigar, ou pedir permissão ou desculpar-se ao solicitar que seu destinatário execute alguma ação que ele possa não estar propenso a executar.

Não impor significa não dar nem pedir opinião pessoal, evitar referência pessoal, evitar referência à família, a problemas pessoais, a hábitos, etc. Num nível superficial, isso significa evitar linguagem pesada ou emocional e tópicos de conversação que representem tabus, como amor, sexo, política, religião, dificuldades econômicas, corpo humano, etc.

Regra 2: Ofereça opções

Em situações em que os participantes têm aproximadamente status e poder equivalentes, mas não são socialmente íntimos, oferecer opções parece ser o comportamento mais adequado. Oferecer opções significa expressar-se de tal modo que a opinião ou resposta possa ser ignorada sem ser contradita ou rejeitada. A intenção do falante deve ser implicada, por exemplo, em enunciados estruturados num modo pragmático, ambíguo, de modo a dar a sugestão de que prefere não agredir.

Regra 3: Encoraje sentimentos de camaradagem

Essa regra diz respeito a amigos muito chegados. Mesmo entre participantes considerados íntimos, espera-se que seja evitada uma comunicação muito direta. Pode-se usar uma polidez informal, mostrando atenção e confiança, estando aberto a detalhes da vida do outro, incluindo diminutivos e, em alguns contextos, até apelidos.

A polidez pode ser estabelecida como um conceito, uma idéia de comportamento social polido, que pode ser, também, referido como etiqueta. Numa interação, a polidez pode ser vista como esforços no sentido de se reconhecer a face do outro.

Goffman (1985) conceitua face como valor social positivo que uma pessoa reivindica para si, uma imagem delineada em termos de atributos sociais aprovados, localizada no fluxo dos eventos. São os eventos que vão determinar a resposta emocional que a pessoa vai experimentar: ela se sentirá bem, se os eventos estabelecerem uma face superior ao esperado e se sentirá mal, se suas expectativas não forem preenchidas.

Para assegurar a imagem pública que estabeleceram, as pessoas executam ações, numa orientação defensiva, com o objetivo de salvar a própria face, e, também, numa orientação protetora, com o objetivo de salvar a face dos outros. Goffman distingue dois tipos de trabalho de elaboração de face: o processo de evitação (evitar atos potencialmente ameaçadores à face) e o processo corretivo (utilizar atos reparadores).

Ao tratar das estratégias utilizadas pelos indivíduos para manter o lugar social, o autor fala da arte de manipular a impressão (Goffman, 1985 [1959]). Conceitua o indivíduo que

manipula bem as impressões como um ator disciplinado, que representa um personagem nas dadas situações sociais.. Para representar com sucesso seu papel, o ator não pode cometer atos involuntários como "gafes" ou "mancadas". Deve ter autocontrole e domínio de rosto e voz.

Complementando as noções propostas por Goffman, Brown e Levinson (1987) definem face como "a imagem própria pública que cada pessoa quer reivindicar para si próprio". Baseando-se originalmente no modelo de conversação proposto por Grice e admitindo que a comunicação humana é racional, classificam dois modelos de face: face positiva e face negativa. A face positiva relaciona-se ao desejo da pessoa de ser aceita e estimada pelos outros e a face negativa refere-se ao desejo da pessoa de não sofrer imposição pelos outros em sua liberdade de ação. Esses desejos podem ser alcançados por atos como ordem, promessas, ameaças, críticas, contradições, etc. Para minimizar tais ameaças, as pessoas adotam estratégias do discurso em suas interações. Essas estratégias variam desde a não-realização do ato, a especificações das intenções, o uso de ações reparadoras até a realização do ato de maneira indireta. A escolha de qualquer das estratégias de polidez vai estar na dependência de variáveis tais quais poder, distância social e teor de risco. Conforme o teor de risco, isto é, de ameaça à face do falante e/ou do ouvinte, o falante vai optar por uma estratégia de polidez. Se o risco é baixo, o falante poderá realizar o ato diretamente. Se o risco é alto, o falante vai procurar uma estratégia para realizar o ato de modo que a intenção pretendida seja percebida pelo ouvinte através de uma inferência.

Brown e Levinson (1987) chamam a atenção para a utilização de estratégias de polidez dentro de diferentes culturas. Há que se levar em conta os valores atribuídos a poder, distância e, ainda, ao risco de um ato de ameaça à face em relação à qualidade afetiva típica da interação dos membros de uma dada cultura.

VI – A RELEVÂNCIA

A teoria da relevância, apresentada por Sperber e Wilson, em 1986, é inspirada na noção de cooperação de Grice

e propõe um modo diferenciado de explicar o processo de comunicação lingüística. Todos os atos comunicativos lingüísticos, sem exceção, podem ser explicados a partir do fato de que consideramos que nosso interlocutor é sempre relevante, na medida em que cada enunciado lingüístico intencional vem com uma garantia de relevância. Assim, a garantia de relevância permite considerar que, se uma pessoa produz um estímulo verbal deliberado, esse estímulo merece atenção e esforço de interpretação, já que produz efeitos de conhecimento que nos interessam, a curto ou a longo prazo. Desse modo, a busca por "efeitos contextuais" é que vai nortear os esforços de interpretação.

Segundo a teoria da relevância, o que o falante diz é determinado por sua intenção de ser relevante, e a interpretação do ouvinte é guiada exclusivamente pela presunção de que o que foi dito é relevante. É a relevância o ponto chave que põe em conexão o dito e o transmitido por implicação e, por outro circuito, a relação entre o transmitido e o interpretado pelo ouvinte. Nesse processo, o papel da inferência é fundamental. Entender um enunciado não é apenas decodificar códigos, mas fazer inferência. E a inferência é um processo de raciocínio dedutivo: parte-se de certas premissas para se chegar a uma conclusão.

Assim, conforme exemplifica Reyes (1998), a relevância, no exemplo a seguir, pode ser buscada do seguinte modo:

- A. - Vai comprar o dicionário?
- B. - Gastei todo o dinheiro que tinha.

Para interpretar a resposta de B, A procura construir um contexto, que é aproximado daquele que B espera que seja construído. Nesse contexto figuram certos conhecimentos e crenças, tais como: que é necessário ter certa quantia de dinheiro para comprar um dicionário e que B não tem dinheiro. Dessas premissas, B detecta a implicatura "B não vai comprar o dicionário". O contexto construído pelas premissas constitui um subconjunto de crenças e conhecimentos que A possui em relação a B. Esses conhecimentos podem ser de diferentes ordens: científicos, culturais, sociais, religiosos, políticos, econômicos, lingüísticos e, ainda, conhecimentos que surgem no decorrer da situação, além de conhecimentos sobre o interlocutor. Toda essa informação à disposição do falante,

deixa-o à vontade para selecionar o subconjunto de conhecimentos que serve à interpretação daquilo que B disse, na medida em que A sabe que B quer ser relevante. Assim, a única interpretação plausível é a de que B não pode comprar o dicionário., e é a implicatura mais importante do enunciado.

Em caso de enunciados irônicos, ou de enunciados cômicos ou metafóricos, o processamento de busca contextual vai exigir um esforço maior, já que pode veicular uma crítica, por exemplo.

VII – A PRAGMÁTICA E A ANÁLISE DE TEXTOS

Tratando de pesquisas lingüísticas, Wray, Trott e Bloomer (1998), no livro intitulado *Projetos em Lingüísticas – Um guia prático para pesquisas sobre linguagem*, contemplam um capítulo para a discussão sobre estrutura e significado e, dentro desse capítulo, situam um espaço direcionado para sugestões de pesquisas com a utilização de conceitos da Pragmática.

As autoras explicam que muito de nossa comunicação verbal é veiculada de modo indireto, criando um obstáculo potencial para o ouvinte. Em nossas interações do dia-a-dia, existe mais do que uma troca de palavras: há uma dança social, e nós, enquanto ouvintes, devemos ficar atentos ao ritmo da comunicação. A Pragmática lida com essas mensagens veladas.

A teoria dos atos de fala, por exemplo, nos mostra como um enunciado aparentemente simples pode veicular uma comunicação complexa. A teoria da implicatura conversacional, de Grice, leva em conta a necessidade de falante e ouvinte compactuarem-se no sentido de observar como as mensagens são ditas e interpretadas quando a comunicação ocorre eficientemente. As quatro classes de máximas caracterizam essa cooperação: o ouvinte assume que o falante está dizendo somente aquilo que é relevante ao momento da conversação, falando a verdade e evitando ambigüidade e obscuridade. A teoria da relevância de Sperber e Wilson é baseada na crença de que a atenção e o pensamento humano vota-se automaticamente para a informação que parecer ser a mais relevante.

Considerando, basicamente, essas noções, Wray, Trott e Bloomer sugerem alguns tipos de pesquisas que podem ser desenvolvidas com base na Pragmática, citados a seguir:

1. Examinar evidências de mensagens implícitas num texto teatral e observar o que o dramaturgo está deliberadamente veiculando sobre atitudes e personalidade dos personagens.
2. Escrever dois scripts para a mesma seqüência de eventos, um totalmente explícito e outro expressando a mesma informação através de implicações, partilhando as suposições, etc. Pedir a três pessoas para avaliarem cada uma a partir de evidência e plausibilidade, e descrever a reação em relação aos personagens.
3. Analisar sketches de programa humorístico de TV que se configuram a partir de manipulação pragmática na produção de humor
4. Analisar dados, de mini-séries ou outros episódios afins, por exemplo, para avaliar até que ponto o nível de diretividade (ausência de polidez) reflete o relacionamento entre personagens, independentemente do que é demonstrada por seus comportamentos e do conteúdo de seus enunciados (por exemplo, se duas pessoas que se odeiam usam mais estruturas diretas, ou se duas pessoas com status opostos apresentam mais marcadores de polidez quando estão conversando.
5. Analisar tipos diferentes de piadas, com o objetivo de verificar como as máximas de Grice são violadas.

Overstreet (1999) mostra uma gama de possibilidades de estudos a partir de noções da Pragmática, como a análise de enunciados estendidos e as máximas conversacionais em textos publicitários, cartuns e quadrinhos.

Perez (2000) analisa peças publicitárias, focalizando os índices lingüísticos e extra-lingüísticos mais recorrentes, a partir da teoria da relevância, de Sperber e Wilson, com vistas a explicitar o que atrai e mantém a atenção do leitor e o leva a associar o produto com qualidades agradáveis e, ainda, a produzir outros efeitos adicionais.

Além dessas sugestões, outras podem ser pensadas. Pode-se considerar que qualquer texto que representem interações prestam-se a análises a partir da Pragmática. Desse

modo, textos de quadrinhos, de cinema, de conversação espontânea, de debates e outros semelhantes podem, também, ser analisados por abordagem pragmática.

Referências

- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Cambridge. Harvard University Press. 1962.
- BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen. *Politeness – Some universals in language usage*. Cambridge. Cambridge University Press. 1987.
- DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos metodológicos da lingüística. Pragmática*. Campinas. 1982. v.4.
- GREEN, Geórgia H. *Pragmatics and a natural language understanding*. New Jersey. Lawrence Erlbaun Associates Publishers. 1996.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. (trad. Maria Cecília S. Raposo). Petrópolis. Vozes, 1985.
- GRICE, Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge. Harvard University Press. 1991.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LINS, Maria da Penha P. Mas, afinal, o que é mesmo pragmática. *Revista Fala Palavra*. Aracruz. nº 2. nov. 2002.
- OVERSTEET, Maryam. *Whales, candlelight and stuff like that. General extenders in English discourse*. New York. Oxford University Press. 1999.
- PEREZ, Javier Diaz. Sperber and Wilson's relevance theory and its applicability to advertising discourse: evidence from British press advertisements. *Atlantis: Revista de la asociación española de estudios anglo-americanos*. December, 1. 2000.
- REYES, Graciela. *El abecé de la pragmática*. Madrid. Arco Libros, S L. 1998.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance – communication and cognition*. 2ⁿ edition. Blackwell Publishing. 1995.
- WRAY, Alison; TROTT, Kate; BLOOMER, Aileen. *Projects in linguistics. A practical guide to researching language*. London. Arnold. 1998.
- YULE, George. *Pragmatics*. Oxford University Press. 1996.